


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003498-19.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Ato / Negócio Jurídico**  
 Requerente: **José Benedito de Angelo**  
 Requerido: **Banco Bradesco S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

José Benedito de Angelo move ação anulatória de ato jurídico contra Banco Bradesco S/A e Luiz Fernando Maffei Dardis, pedindo a anulação do leilão por intermédio do qual imóvel que alienara fiduciariamente ao primeiro réu foi adquirido pelo segundo réu, sob o fundamento de que não foi previamente notificado nos termos do art. 26 da Lei nº 9.514/97.

Contestações às pp. 26/41 e pp. 143/147.

Luiz Fernando Maffei Dardis denunciou o Banco Bradesco S/A à lide, pp. 165/168, para assegurar seu direito de evicção.

O Banco Bradesco S/A contestou a denunciação, pp. 241/246.

Réplicas às pp. 256/257 e 261.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

A Av. 04 da matrícula, pp. 81, e os documentos de pp. 227/228 comprovam que, ao contrário do alegado pelo autor, houve a sua regular notificação para purgar a mora, não o tendo feito.

O art. 26 Lei nº 9.514/97 foi observado, não sendo admissível o pedido.

**1003498-19.2015.8.26.0566 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Fica prejudicada, em consequência, a denunciação.

Ante o exposto: julgo improcedente a ação originária, condenando o autor nas custas e despesas a ela relativas, e em honorários advocatícios devidos ao patrono de cada um dos réus, arbitrados os honorários de cada qual em R\$ 1.000,00, observada a AJG; julgo prejudicada a denunciação da lide, condenando o réu-denunciante, ante o princípio da causalidade (STJ, REsp 81.793/SP, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, 3ªT, j. 10/06/1997), nas custas e despesas a ela relativas, e honorários advocatícios devidos ao advogado da ré-denunciada, arbitrados os honorários, por equidade, em R\$ 500,00.

P.R.I.

São Carlos, 03 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**